

“VERDE-AMARELO” EM PINDORAMA: A SOCIEDADE BRASILEIRA, A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

“GREEN AND YELLOW” AT PINDORAMA – BRAZILIAN SOCIETY, APPROPRIATION OF TERRITORY AND ENVIRONMENTAL HERITAGE

Miranda Martinelli Magnoli*

Homenagem ao colega Emmanuel Antonio dos Santos¹.

RESUMO

Em um país tropical de dimensões continentais, este texto faz uma reflexão sobre as transformações, no tempo e no espaço, da sociedade brasileira em relação ao seu território e ao patrimônio ambiental. Destacam-se aspectos essenciais e singulares de cada um dos temas para entender a busca contemporânea pela cidadania, o empenho para a articulação e integração do território e a evolução para o desenvolvimento sustentável. Palavras-chave: Passado. Singularidade. Tropicalidade. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

In a tropical country of continental dimensions, this article is a reflection on the transformations of Brazilian society in time and space, as it relates to its territory and environmental heritage. Specific aspects of each subject will be addressed in order to understand the pursuit of citizenship, the endeavour for articulating and integrating the territory and the evolution towards sustainable development. Keywords: Past. Singularity. Tropicality. Sustainable development.

INTRODUÇÃO

“Verde-amarelo em Pindorama” é uma metáfora para a sociedade brasileira, seu território e patrimônio ambiental. Contém, nas cores-símbolos, os sentimentos e emoções que têm representado a sociedade em diversas manifestações. Pedro I, desde a Independência, ostentava o laço verde e amarelo para representar o país. Território e patrimônio ambiental incorporam as gentes ao espaço em Pindorama – do tupi, a região das palmeiras –, símbolo dos trópicos, difusa em diferentes domínios paisagísticos do país, por babaçuais, butiás, carandazais, carnaubais, buriti-

¹ Nosso querido colega arquiteto, falecido em junho de 2014. Na ocasião, era Secretário de Planejamento do Município de São José dos Campos. Como docente, contribuiu muito para a formação de alunos em nossa área. Desde quando muito jovem, acompanhei sua carreira. Após o mestrado, fez um doutorado brilhante. Com ele dividi ideias e ideais.

* Arquiteta e professora titular de Paisagismo do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Rua do Lago, 876, 05508-080, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil.
mmemm@uol.com.br

zais. Os nativos nomeavam o país pela espécie tropical, impregnada do passado da humanidade: na origem, a família das Palmáceas vem de Palmyra, antiga cidade da Síria, sítio arqueológico a meio caminho entre o Mediterrâneo e o rio Eufrates. É impregnada do nosso passado pelo significativo papel do índio em nossa cultura.

Este ensaio parte de três temas – a sociedade brasileira, o território e o patrimônio ambiental – e suas relações no processo histórico de construção do país. Os temas são abordados em duas partes. Na primeira parte, refiro-me aos tempos da América Portuguesa, selecionando aspectos singulares de cada um dos temas. Para a sociedade, destaco a miscigenação, o empreendedorismo, o embrião da democracia. Para a apropriação do território, considero as políticas colonizadora e urbanizadora, o processo de urbanização e a criação de um sistema urbano. Para o patrimônio ambiental, enfatizo a tropicalidade e a biodiversidade na busca das povoações para encontrar uma relação equilibrada com o ambiente em que viviam. Esse tema também vai se imiscuindo entre a criação das vilas. Entre as duas partes do texto, aceno a um período de transição: com a vinda da Corte Portuguesa, desenvolveu-se um processo político que levou à Independência e à criação do Império do Brasil.

Na segunda parte, aceno a aspectos de mudança; no caso da sociedade, em busca da ampliação e do aprofundamento da cidadania. Na apropriação do território, seleciono questões que enfatizam a dificuldade para sua articulação e integração. No caso do patrimônio ambiental, indico propostas mais recentes sobre as populações e a biodiversidade no caminho para o desenvolvimento sustentável. Volto a questões que apareceram na primeira parte e que, de diferentes maneiras, se transformaram.

Avaliei importante conhecer outros enfoques, de autores que dedicaram anos a pesquisas, a revisões na interpretação de aspectos importantes da nossa história. Dissentiram e criticaram pontos de vista dominantes, quebrando tabus em torno de alguns temas. A intensa dualidade radical que caracterizou extenso período do século XX dificultou outras leituras, outras interpretações. Estas, em vez de sempre eivadas de confronto, de conflito, poderiam também buscar revisões e alguma curiosidade intelectual para outras leituras, mesmo que com estranheza inicial do leitor.

Por outro lado, cada um dos temas levantados é complexo e dinâmico – no tempo e no espaço – e cada tema lida com conjuntos de relações. Adotei como relações principais aquelas que buscam imbricar as gentes, os espaços e as paisagens. Por este ensaio, busco compartilhar críticas e reflexões com os colegas e instigar a procura para mudança, aprofundamento, aperfeiçoamento, visando a outras alternativas de pesquisas e projetos para nosso presente e futuro.

Muitas foram as leituras, os estudos, as revisões, os diversos rascunhos para este ensaio, porém limitei a bibliografia àqueles indispensáveis. Recomendo alguns, indicados no texto, pois explicam este ensaio, principalmente, pelo fato de que este mesmo texto era bem mais longo; fui reduzindo, podendo, cortando, limitando, resumindo, abreviando, porém, em cada frase, procurei resguardar o essencial.

SINGULARIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA

Reli várias vezes o capítulo "Um cenário, duas leituras", do texto de Caldeira (2009). Esse "cenário" é situado "em torno de 1800", na virada do século XVIII para o XIX. São gentes que se deslocam, desde o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, Paraná e São Paulo até a Feira de Sorocaba. Daí, espriam-se em vários outros percursos, por diversas formas de transporte – mulas, canoas, navios. Diferentes mercadorias – de alimentação, pecuária, siderurgia e artefatos variados – eram objetos de trocas e negócios, e ainda surgiam novas atividades na agricultura e na indústria. À riqueza dos muitos aspectos o "cenário" ainda acena para vários povoados que, no vale do Paraíba, haviam se transformado em vilas. O "cenário" leva, especialmente, a questionar sobre a existência de um mercado interno que crescia mais que o mercado da metrópole, objetivo principal do livro.

As gentes, as trocas, a mobilidade por caminhos difíceis em que fluíam víveres de um extremo a outro de um vasto território, em paisagens diversas de amplos espaços abertos e pessoas, quase nômades, isoladas em ralos povoamentos muito distantes, conduziram-me a outro aspecto da "leitura". É a leitura do "cenário" que me leva aos estudos de Reis (2000a) em busca da compreensão espacial da expansão urbana no território. O autor mostra, a partir da política colonizadora de Portugal, que a política de urbanização era muito importante; indica a organização do sistema urbano e a criação de vilas e cidades da Coroa e os papéis dos centros urbanos na rede de cidades.

Em Reis (2000b), extenso conjunto de imagens traz a compreensão visual da formação e evolução das cidades, vilas, povoações e aldeias; os comentários finais são ricos e pertinentes. Nestor Reis pesquisou, elaborou e reuniu documentação que comprova a existência de uma atividade planejadora urbana regular na América Portuguesa. Impressiona que alguns ainda desconheçam essa tese. Ele ordena os desenhos conforme os atuais estados do país. Para entender melhor, em espaço-tempo e ambiente, a expansão e apropriação do território, ordenei a criação das cidades em ordem cronológica, nos séculos XVI e XVII, e na condição de litorâneas ou interioranas; em algumas cidades me detive em peculiaridades. No século XVIII, ordenei as cidades em função dos atuais estados. A mobilidade das gentes, nas trocas a que Caldeira se referiu, levou à configuração de uma rede capilar de circulação com áreas de povoamento disperso mais ou menos estável, mesmo onde não havia vilas e cidades (imagem da expansão e apropriação territorial se observa em Magnoli, 2012, p. 249).

Por outro lado, mesmo que só recentemente tenhamos um razoável, às vezes até muito bom conhecimento das questões ambientais, a natureza ali estava aos olhos, às vibrações e mentes dos portugueses no Novo Mundo (comentei na edição 15 desta revista). Foi importante caracterizar – mesmo de forma muito limitada, apesar de cuidada –, na vastidão do território, sua característica de tropicalidade e a excepcionalidade que caracteriza o litoral brasileiro. Os núcleos costeiros são criados em um litoral muito diversificado; os núcleos internos, criados desde o século XVII, estavam também situados em grande variedade de ecossistemas (definidos por Ab'Saber, 2001, 2006).

É muito importante notar que os novos povoadores, desde a ocupação do litoral e nas penetrações, desde o norte até o sul, encontravam-se com a floresta atlântica, que se distribuía em muito ampla diferença de latitudes (aproximadamente 20°), mas, ao penetrar na Amazônia, os portugueses se deparavam com a floresta amazônica, que se estende de leste para oeste em grande diferença de longitudes (aproximadamente 20°) e bem menores diferenças de latitude.

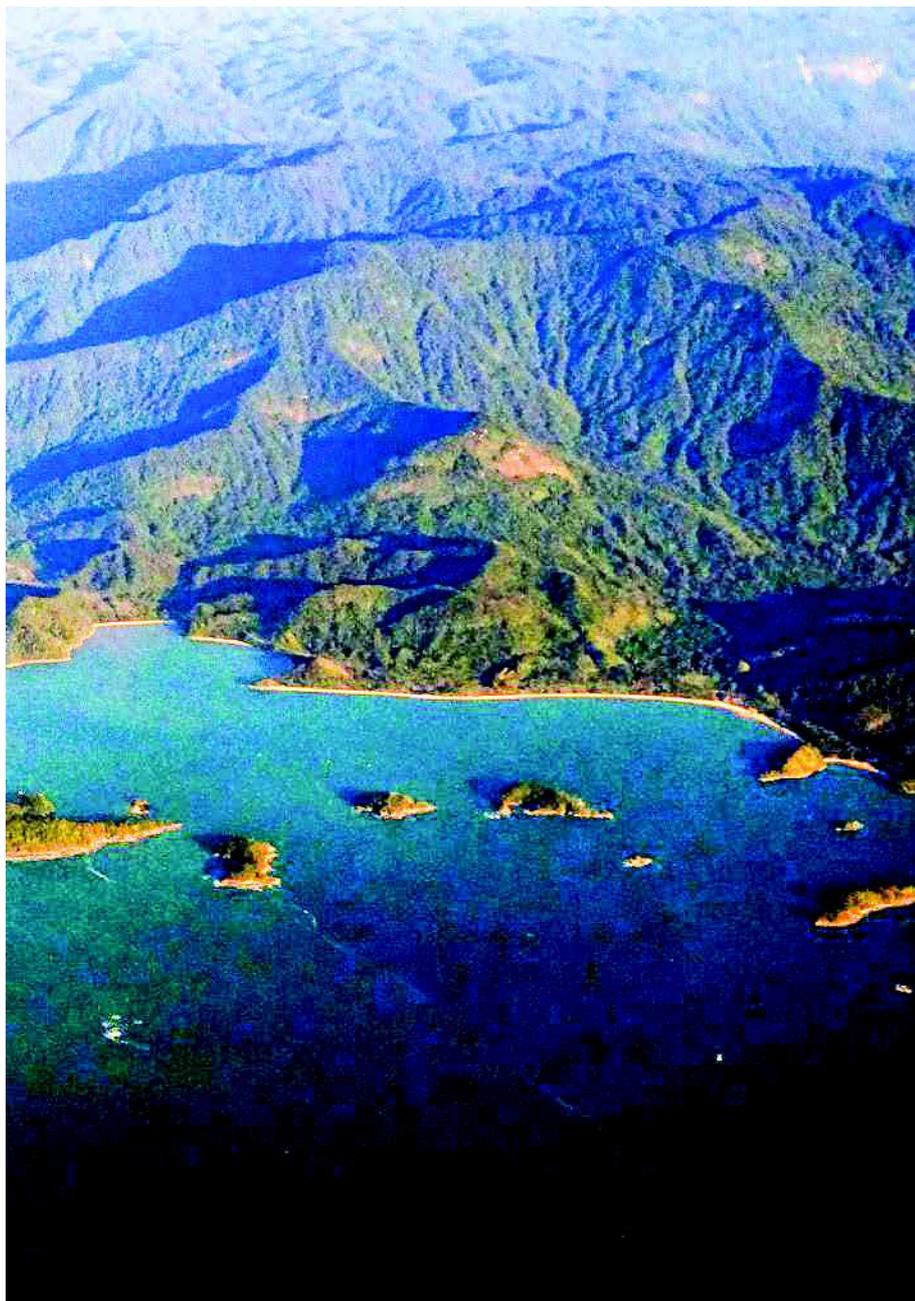


Figura 1 Contrafortes da serra do Mar ainda ocupados – como no tempo colonial – por uma mata atlântica em toda a sua integridade e diversidade.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2010.

A política colonizadora de Portugal revela a importância da fundação de arraiais, povoados, vilas e cidades para compreender a apropriação do território: é, na origem, uma sociedade de matriz urbana. A Coroa Portuguesa, visando à expansão geográfica para a sua soberania, ordenou a construção de fortes em locais estrategicamente selecionados: em vista, contornar o perímetro exterior do território.

No século XVI, no litoral, foram criadas povoações diversas, desde Natal até Cananeia. As latitudes variaram de 5,47S a 25S. Essa face do longo litoral foi subdividida por Ab'Saber (2001) nos três setores que utilizo para localizar as vilas. No interior, chegando por trilhas indígenas, fundou-se a atual São Paulo, acima da muralha da serra do Mar. Em ordem cronológica, foram as seguintes:

* *No litoral leste:* são fundadas na latitude 16,26S: **Porto Seguro** em 1535; **Santa Cruz** em 1536 (atual Santa Cruz Cabrália); **São Jorge dos Ilhéus** em 1536 (atual Ilhéus). Guardam especial caráter simbólico como testemunhos das primeiras páginas da história do país. No espaço denominado Costa do Descobrimento, são oito as reservas naturais em área de 111.930 mil hectares; é uma planície costeira com colinas em altitudes do nível do mar até os 536 metros do Monte Pascoal. Na carta de Pero Vaz de Caminha se expressa o encontro entre duas culturas. As ruínas da primeira igreja se encontram em penhasco próximo de Porto Seguro.

Em Arraial d'Ajuda, a igreja surge em 1549; Trancoso, fundada em 1586, se origina da aldeia São João Batista dos Índios; Coroa Vermelha, hoje Santa Cruz de Cabrália, é o lugar onde foram rezadas as primeiras missas. Nesse litoral, na Costa do Descobrimento – Patrimônio da Humanidade – ficam os trechos mais importantes da mata atlântica que restaram.

Salvador da Bahia de Todos os Santos – surge na latitude 12,59S em 1549 (atual Salvador). Implantar a cidade de Salvador, “na esquina do oceano”, foi fruto de decisão política, tal como aconteceria em Brasília quase cinco séculos depois. O primeiro marco da Bahia de Todos os Santos teria sido colocado em 1501, no local que hoje é a Fortaleza de Santo Antônio, na Ponta do Padrão.

Em 1549 os jesuítas ergueram uma escola que deu lugar ao Colégio Maior; um curso mais avançado foi criado em 1572, no Colégio de Salvador. Até a transferência de seu posto político e econômico para o Rio de Janeiro, em 1763, Salvador foi a mais importante cidade do mundo colonial português. Na Bahia de Todos os Santos, a cidade sempre possuiu, em localização estratégica, um magnífico porto. Primeiro núcleo urbano brasileiro concebido com trama regular que, no entanto, desde o início, se adaptou às irregularidades da topografia do topo da crista onde se situou.

São Cristóvão é fundada em 1590 (no atual estado de Sergipe), entre dunas litorâneas.

* *No litoral oriental do Nordeste:* **Igarauçu** em 1536; **Olinda** em 1537; **Filipeia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba** em 1585 (atual João Pessoa), fundada por espanhóis no período da União Ibérica; **Natal** em 1599, na latitude 5,47S, com o Forte dos Reis Magos protegendo a costa.



Figura 2 Centro histórico de Salvador amoldando-se às reentrâncias das terras altas de tabuleiro, a cavaleiro do mar.

Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.

Olinda, no início Nova Lusitana, conserva igrejas barrocas e coloridas, casas antigas; testemunho do ciclo da cana-de-açúcar e da invasão holandesa. Sediou o primeiro curso jurídico do país.

É região costeira com faixas estreitas de praias arenosas em enseadas rasas e bordas de tabuleiros florestados; climas quentes com chuvas predominantes de inverno em planícies costeiras reduzidas: é o litoral da Zona da Mata nordestina. Porém, em poucas dezenas de quilômetros, se passa para matas ditas secas e, logo mais, se apresentam as matas agrestes, na realidade, as caatingas arbóreas.

* *No litoral sudeste:* surge **Espírito Santo** em 1535 (atual Vila Velha); **Nossa Senhora da Vitória** em 1551 (atual Vitória); **São Sebastião do Rio de Janeiro** – situa-se na latitude 22,54S, em 1565 (atual Rio de Janeiro). A cidade, levantada no alto do Morro do Castelo, deve sua transformação à descoberta do ouro na região do atual estado de Minas Gerais.

Seu porto, na estratégica baía de Guanabara, adquire importância com a abertura, em 1704, do chamado “caminho novo”, que ligava diretamente o território das minas com o Rio; além do porto, a própria cidade eleva sua importância.

Em 1763, com a transferência da sede do governo colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, assume a sede do vice-reinado do Brasil; por fim sedia a Corte de um rei e dos dois imperadores. Com a República, se transforma em Capital Federal.

É cidade de mais de quatrocentos anos de história, de crescente importância econômica e política; tudo contribuiu para uma cidade fascinante, curiosíssima no estilo de vida e no aglomerado humano, que resulta de caldeamentos de brasileiros, portugueses e africanos de todos os cantos, com sucessivos enxertos de franceses e ingleses, além das gentes de muitas origens no século XX. E, ainda, é de fisionomia geral sedutora e excepcionalmente valorizada pela natureza.

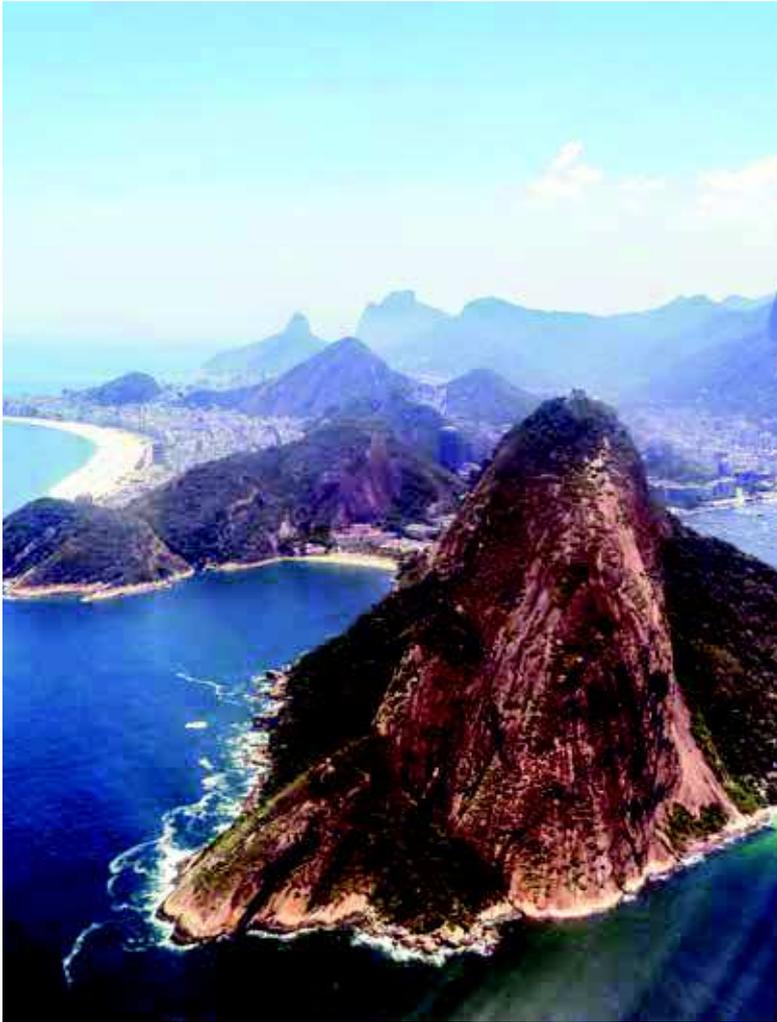


Figura 3 Entrada da baía de Guanabara, onde no interior, pelo lado esquerdo, desenvolveu-se a cidade nos três primeiros séculos. Somente a partir da metade do final do século XIX passa a ocupar a orla oceânica.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.



Figura 4 Baía de Guanabara vista do oceano. A área ocupada pelo centro da cidade, com prédios altos, correspondia à área ocupada pelo núcleo original, antes protegido por morros, charcos e florestas de mangue.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

São Vicente é fundada em 1532; **Santos** em 1545; **Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém** em 1561 (atual Itanhaém); **Nossa Senhora das Neves de Iguape** em 1577 (atual Iguape); **São João Batista de Cananeia** em 1587 (atual Cananeia): nesse século, na latitude 25S, é a última vila desse litoral.

* *No interior*: **São Paulo de Piratininga** surge em 1554 (atual São Paulo); latitude 23,37S e longitude 46,37O.

As caravelas portuguesas, ao chegarem na faixa litorânea da baía de São Vicente e na barra grande de Santos, devem ter encontrado, com a população tupi-guarani, ilhas e serras de exuberante natureza tropical. Antigo mapa português do século XVII (AB'SABER 2001, p. 227) orienta os navegantes para a profundidade das entradas estuarinas com as barras da Bertioga, Grande e de São Vicente; indica as ilhas de Santo Amaro e São Vicente; nesta situa Erasmos, onde seria implantado o primeiro engenho de cana. E ainda, serra acima, localiza a Vila de São Paulo.



Figura 5 Erasmos, no século XXI.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2014.

São Paulo, situada em sítio original, nascida terra adentro, nem tão longe do litoral mas acima da Serra do Mar, de 718 a 820 metros acima do nível do mar, em planalto colinoso, nas cabeceiras de rios que dão as costas para o mar. Mais de centena de

córregos sulcam suas colinas; uma delas é escolhida para sítio de referência, catequese e defesa da vila em tarefa estratégica dos jesuítas. É hoje o Pátio do Colégio.

Os primeiros navegantes em alto-mar que se dirigiram à parte sul do globo terrestre, ao atravessarem a linha do Equador, encontravam uma natureza muito diferente daquela do hemisfério Norte. Muito tempo se passaria para sabermos que fazia diferença o próprio fato de haver muito maior superfície de águas oceânicas no hemisfério Sul. Não havia simetria entre os dois hemisférios em relação aos efeitos na natureza; e estes seriam bem mais complexos no hemisfério Sul.



Figura 6 Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

De pronto, os olhos se surpreenderiam com a natureza luxuriante da floresta tropical, sempre verde, em muitos estratos de vegetação arbórea e muito densa em lianas e epífitas. E mais, a natureza que se apresentava aos portugueses, ao moverem-se das latitudes do Equador ao Trópico de Capricórnio, que passavam dos dias iguais às noites aos diversos comprimentos; estranhariam as temperaturas: não haveria tanta variação

entre o mês mais quente e o mais frio, como era da experiência deles. As chuvas seriam também outras; muitas vezes bem mais copiosas, distribuídas de maneira diversa entre cada trecho da costa.

No século XVII, são criadas novas vilas no litoral da costa norte do continente; outras, no litoral sudeste, complementam o povoamento já existente; no interior, penetra-se nos ecossistemas Matas do Brasil Tropical Atlântico e Planalto das Araucárias (atuais estados de São Paulo e Paraná). Utilizo Ab'Saber (2001, p. 54) para os três novos setores do litoral e Ab'Saber (2006, p. 69) para os ecossistemas. Em ordem cronológica, foram as seguintes:

* *No litoral equatorial amazônico: São Luís do Maranhão em 1612, e Santo Antonio de Alcântara em 1637 (atual Alcântara).*

São Luís, com estratégica disposição, próximo à Europa, foi local de contínuas invasões e conquistas. Caracteriza-se como a única capital brasileira que foi francesa, holandesa e portuguesa. De início, tupinambás e portugueses ocuparam o sítio. Franceses fundaram a cidade; em 1615, foram expulsos pelos portugueses; estes retornaram com colonos dos Açores e escravos de Angola para o plantio de algodão e açúcar. Os holandeses, expulsos de Olinda e Recife, assaltaram a cidade em 1641, ficando até 1644; daí, e por fim, os portugueses recuperaram a cidade.

Os sobrados com paredes protegidas das intensas chuvas de verão por azulejos, são particularmente significativos. Em Portugal, desde o tempo dos árabes, os azulejos eram usados internamente ou em claustros protegidos. Em São Luiz as fachadas foram revestidas com os mesmos azulejos.

E assim, no exterior e no interior, iriam de volta à metrópole, influenciando Lisboa e Porto.



Figura 7 Casario azulejado em São Luís do Maranhão.
Foto: Fabio Mariz Gonçalves, 2009.



Figura 8 Casario azulejado em Lisboa, Portugal.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2013.



Figura 9 Casario na cidade do Porto, Portugal.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2013.

Santa Maria de Belém é fundada em 1616 (atual Belém), **Vila Souza do Caeté** em 1634 (atual Bragança), **Vila Viçosa do Santa Cruz do Cameté** em 1635 (atual Cameté); **Gurupá** em 1639 (todos no atual Pará). Em 1668 é criada a **Vila São José do Macapá**, atual Macapá, no Amapá.



Figura 10 Forte São José, em Macapá (vista geral), ainda guardando sua estrutura original em meio a um parque urbano.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2016.



Figura 11 Forte São José, em Macapá.
Foto: Acervo Quapá, 2007.

O Forte São José do Macapá, na boca norte do rio Amazonas, em área próxima ao rio Oiapoque e ao cabo Orange, na latitude 4°N, extremo norte do território brasileiro junto ao mar, foi ponto de apoio da expansão portuguesa na bacia do grande rio. Completaram a proteção dessa costa norte com as construções dos Fortes do Tapajós, Presépio, São Luís e Nossa Senhora do Amparo, este em Fortaleza.

Belém, em localização estratégica, controla a entrada do estuário do rio Amazonas; o Forte do Presépio de Belém foi construído um ano após a expulsão dos franceses de São Luís, no limite do meridiano demarcatório do Tratado de Tordesilhas. Em 1621, cria-se o estado do Maranhão e Grão-Pará, com controle direto da Coroa e sede em São Luís; esta foi transferida para Belém em 1671.



Figura 12 Forte do Presépio de Belém, em 2015, fazendo parte de um complexo de lazer local.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.



Figura 13 Forte do Presépio de Belém, em 2015, restaurado, ponto turístico de Belém do Pará.
Foto: Leonardo Coelho, 2015.

* No litoral setentrional do nordeste: surge **Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção** em 1626 (atual Fortaleza); é região de elevada luminosidade e constitui grande

exceção climática e paisagística de nossa costa; climas quentes e secos, variando do semiárido moderado até o subúmido do tipo agreste; é o símbolo do “lugar onde a semiaridez sertaneja chega ao mar”. (AB’ SABER, 2001, p. 113).

* *No litoral oriental do nordeste:* é fundada **Vila Formosa** em 1627 (atual Serinhaém); **Conceição de Itamaracá** em 1630; **Cabo de Santo Agostinho** em 1634; **Bom Sucesso de Porto Calvo** (atual Porto Calvo) em 1636; **Penedo do Rio de São Francisco** (atual Penedo) e **Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul** (atual Marechal Deodoro).

* *No litoral sudeste:* surge **Cairu** em 1608; **Angra dos Santos Reis da Ilha Grande** em 1608 (atual Angra dos Reis), **Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio** em 1615 (atual Cabo Frio), **Santo Antonio de Itabaiana** em 1665 (atual Itabaiana) e **Santo Amaro das Brotas** em 1697; e também **São Sebastião** em 1636; **Exaltação de Santa Cruz de Ubatuba** em 1637 (atual Ubatuba); **Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá** em 1649 (atual Paranaguá); **Rio de São Francisco do Sul** em 1660 (atual São Francisco do Sul); **Parati** em 1660; **São Salvador dos Campos de Goitacazes** em 1677 (atual Campos); **Guarapari**, 1689 e **Santo Antonio de Macacu** em 1697 (atual Cachoeira de Macacu).

* *No interior:* é fundada **Santana de Mogi das Três Cruzes** em 1611 (atual Mogi das Cruzes); **Santana de Parnaíba** em 1625; **São João do Paraíba** em 1677 (atual São João da Barra, no atual estado do Rio).

* *No interior, no vale do Paraíba:* **São Francisco das Chagas de Taubaté** em 1645 (atual Taubaté); **Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba** em 1653 (atual Jacareí); **Santo Antonio de Guaratinguetá** em 1651 (atual Guaratinguetá).

* *No interior:* **Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá** em 1655 (atual Jundiá); **Nossa Senhora da Candelária de Outu** em 1657 (atual Itu); **Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba** em 1661 (atual Sorocaba).

* *No interior, no planalto das Araucárias:* **Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba** (atual Curitiba), em 1693. Também nessa data são fundadas: **Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe** (atual Jaguaribe); **Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira** (atual Cachoeira); **São Francisco da Barra do Sergipe do Conde** (atual São Francisco do Conde).

Observa-se na imagem a rede de cidades e vilas adentrando o continente e já ocupando as margens do Amazonas.



Figura 14 Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

O Brasil exibe o mais extenso litoral intertropical e subtropical do mundo, com 8 mil quilômetros de extensão. A faixa costeira, onde se processa o contato entre o mar e a terra, é exposta à quase permanente movimentação dos ares costeiros, amenizadores do calor tropical.

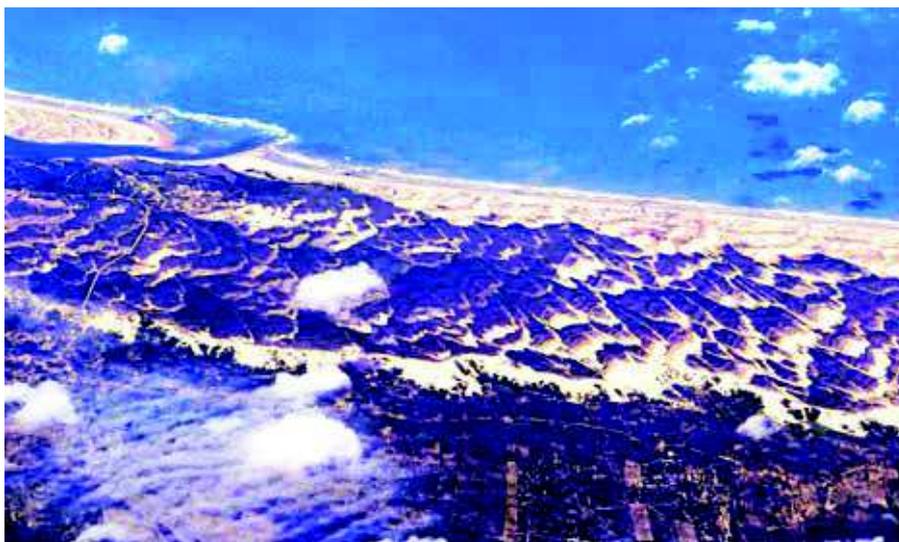


Figura 15 Litoral norte da Bahia: praias extensas, dunas e barras de rio.
Foto: Sílvio Soares Macedo, 2013.



Figura 16 Barreira de recifes de arenito e áreas de restinga vizinhas ao porto de Suape, nas imediações de Recife, formações comuns nos litorais que se estendem do Rio Grande do Norte até Alagoas, conhecidas como Costa dos Corais.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

É um vasto painel de tropicalidade que se exhibe com a ocorrência de praias arenosas em cerca de 6 mil quilômetros de extensão; a maior parte é integrada aos ambientes quentes e úmidos que dominam o território.

Dessa regra, fogem apenas a semiaridez que chega ao mar no Rio Grande do Norte e Ceará e, ao sul, o litoral gaúcho e parte do catarinense, onde a média das temperaturas anuais determina climas subtropicais de transição para ambientes temperados quentes, açotados no inverno pela incursão da massa polar atlântica por meio do vento minuano.



Figura 17 Dunas de Genipabu, nas vizinhanças de Natal.
Foto: Ana Cecília Mattei de Arruda Campos, 2009.

No século XVIII criaram-se fortes, arraiais, vilas e cidades por todo o território, em todo litoral e em todos os ecossistemas. O sentido territorial da expansão lusitana na América moldou-se sobre a estratégia de controle das bocas de entradas fluviais do continente. Visava, ao sul, à entrada pelo rio da Prata e, ao norte, à entrada pelo Amazonas. No curso desse rio, a expansão partiu da fortificação portuguesa de Belém.

A expansão territorial lusitana pretendia ir muito além dos limites do Tratado de Tordesilhas. As ações deliberadas que ampliaram as fronteiras previstas nos tratados foram

muitas, em longo tempo, de diferentes tipos e características. “Desde a Independência, a política externa brasileira orientou-se pelo imperativo de construir a nação, o que significava, essencialmente, moldar o seu território”. (MAGNOLI, 1997, p. 294). Face à importância da formação do território como eixo estruturador da história brasileira, sugiro a leitura do texto indicado.

Neste período julguei melhor localizar a criação de fortes, vilas e cidades pelos atuais estados; reuni por regiões em que o povoamento ainda era novo; prossegui por aqueles estados em regiões em que a ocupação foi sendo complementada.

A observar: a penetração pela Amazônia, que, sem dúvida, era território espanhol; a intensa atividade urbanizadora de fronteiras pela administração de Pombal, com a descoberta do ouro em Goiás; a ocupação por acampamentos, arraiais e vilas em Minas Gerais na época da descoberta do ouro. Essa região, no centro do sudeste, estava distante das cidades com maior disponibilidade de produtos; a nova condição de riqueza no interior do território atraiu a articulação com as áreas de produção; ampliou-se o mercado interno e, nessa região das minas, se intensificou a vida urbana, caracterizando as paisagens urbanas coloniais. Fortes, vilas e cidades criados nesse século são os seguintes:

No norte do país: adentrando pelo rio Amazonas se construíram os Fortes de Pauxis, São José do Rio Negro, Tabatinga; mais ao norte do rio, os Fortes São Joaquim e São José de Marabitanas.

* AMAPÁ – **Nova Mazagão** em 1770, atual Mazagão, no Amapá.

* PARÁ – **Povoação de Alcobaça** em 1780, no Pará.

* AMAZONAS – **Aldeia de Maríauí**, 1758; com o nome de Barcelos, foi a antiga sede da Capitania de São José do Rio Negro, separada do Grão-Pará. Em 1791 a sede moveu-se para a Barra do Rio Negro (atual Manaus) em face da localização estratégica da vila, na confluência com o Amazonas. **Silves e Serpa** em 1759; **Borba** em 1790.

* RORAIMA – Forte de São Joaquim do Rio Branco, 1775 (baluarte extremo norte, garantia de posse).

No centro-oeste e centro: posições estratégicas de fortes demarcam os limites do Brasil ocidental.

* RONDÔNIA – Fortes da Conceição, depois de Bragança e de Príncipe da Beira, além da **Aldeia de São Miguel**; **Balsemão**, 1768, e **Palmela, Lionel e Lamel** entre 1768 e 1772.

* MATO GROSSO – **Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá**, 1726 (atual Cuiabá); os **Arraiais de Santana, Pilar, São Francisco e São Vicente** por volta de 1750; **Vila Bela da Santíssima Trindade**, 1771; **Arraial de São Pedro d’El Rei**, 1781 (atual Poconé); **Casalvasco**, 1782, usada como estância de veraneio graças ao clima ameno; **Cáceres**, 1778.

* MATO GROSSO DO SUL – Forte e praça de Iguatemi, 1769 (atual Iguatemi); Forte de Coimbra; **Vila de Albuquerque**, 1778 (atual Corumbá); **Miranda** em 1797.

* GOIÁS – **Santa Ana**, 1726 (atual Goiás), com o nome de Vila Boa em 1736, e as Aldeias de **Mossâmedes**, 1774; **Maria**, 1782 e **Santa Ana**, entre 1775-1782, com a descoberta do ouro na região em 1725.

No centro do sudeste: as primeiras descobertas do ouro são de 1693, levando a rápido povoamento em pequenos e precários arraiais a partir de acampamentos provisórios. Um dos primeiros foi Sumidouro, em 1675, talvez criado por Fernão Dias Pais. Com a mesma origem são os arraiais **São Caetano** e **São Sebastião**.

* MINAS GERAIS – **Vila de Albuquerque**, 1711 (atual Mariana); **Vila Real de Sabará**, 1711 (atual Sabará); **Vila Rica**, 1711 (atual Ouro Preto); **São João Del Rei**, 1713; **Vila do Príncipe**, 1714 (Serro); **Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro**, 1714 (atual Caeté); **Vila Nova do Infante**, 1715 (atual Pitangui); **São José Del Rei**, 1718 (atual Tiradentes); **Arraial do Tejuco**, 1729 (atual Diamantina).

No sul: garantiu-se a posse do território além do meridiano de Tordesilhas. Muitos foram os produtos e víveres que fluíram do espaço sulino até a feira de Sorocaba e daí passaram a se dispersar em vários percursos; no final do século XVIII, a existência do mercado interno é patente. (CALDEIRA, 2009).

* SANTA CATARINA – **Laguna**, 1712; **Vila de Nossa Senhora do Desterro**, 1726 (atual Florianópolis); **Lages**, povoada também com imigrantes de Açores e Madeira – capela inicial; fortificações de porte Santa Cruz e Anhatomirim.

* RIO GRANDE DO SUL – **Rio Grande de São Pedro**, 1737; **Porto dos Casais**, c.a.1740 (atual Porto Alegre); Forte Jesus-Maria-José; **Vila de São José do Taquari** entre 1767 e 1777.

No nordeste: novas vilas complementaram povoações já existentes, especialmente em percursos às margens do rio São Francisco e seus afluentes.

* MARANHÃO – **Santa Maria do Icatu**, 1708 (atual Icatu).

* PIAUÍ – **Vila do Mõcha** em 1718 (atual Oeiras); **Vila de São João do Paraiíba** em c.a.1798.

* CEARÁ – **São José de Aquiraz**, 1700 (atual Aquiraz); **Aracati**.

* PERNAMBUCO – **Santo Antonio do Recife**, 1709 (atual Recife); **Goiana**, 1729.

No leste, sudeste e sul:

* BAHIA – **Santo Antonio do Rio das Caravelas** em 1701 (atual Caravelas); **Jaguaripe**, 1705; **Itapicurú**, 1755; **Vila Viçosa** em ca.1769; **Vila do Prado** em ca.1772; **Portalegre** em 1772; **Vila de Alcobaça** em 1774; **Vila de Santarém** e **Vila de Abrantes** em 1794; estas antigas aldeias jesuíticas.

* RIO – Todas no Rio de Janeiro: **São Fidelis da Sigmaringa** em 1782, pouco acima de Campos; **Freguesia** e **Aldeia de São Pedro** em 1786, antigo estabelecimento jesuítico, nas proximidades de Cabo Frio; **Vila Nova de Magé** em 1789; **Vila Real da Praia Grande** em 1819, atual Niterói

* ESPÍRITO SANTO – **Linhares** em 1819.

* SÃO PAULO – **Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba**, 1705 (atual Pindamonhangaba); **Lorena** e **São José dos Campos**, no vale do Paraíba. No vale do Tietê, aproveitando a ligação fluvial, são criadas as aldeias de **Barueri** e **Arassariguama**; **Porto Feliz** em 1765, então Freguesia de Araritaguaba; facilita-se o acesso fluvial a Cuiabá. Ainda se criam as povoações de **N. Sra. da Conceição de Sabaúna da Lage**, em 1765 (Sabaúna) e **São José de Ararapira**, 1767 (Arapira), no município de Cananeia; apoio aos viajantes que iam a Paranaguá.

* PARANÁ – **Guaratuba**, 1771; **Antonina**, 1797; **Castro**, 1798 – região desabitada até o início do século XVIII; parte da Província de São Paulo sob a comarca de Itu.



Figura 18 No século XVIII, houve aumento expressivo da ocupação do território, delineando-se, já naquele tempo, a atual configuração do território brasileiro – em especial nas regiões Nordeste e Sudoeste e no atual estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

Nesses três séculos de América Portuguesa se situaram as vilas e cidades de Reis (2000b) nos litorais e ecossistemas de todo território (AB’SABER, 2001, 2006). A expansão do território avançava pelas diversas regiões; o Império viria a elaborar os processos e ações efetivas para constituir o território. (MAGNOLI, 1997). A natureza, a partir de seu patrimônio ambiental, iria se transformando. (MIRANDA, 2003; KURY, 2013). É uma singular sociedade que, com sua intensa mobilidade física por extensos espaços, foi criando as oportunidades de mobilidade social por meio dos arranjos possíveis na colônia; o mercado interno brasileiro vai se consolidando. (CALDEIRA, 2009).

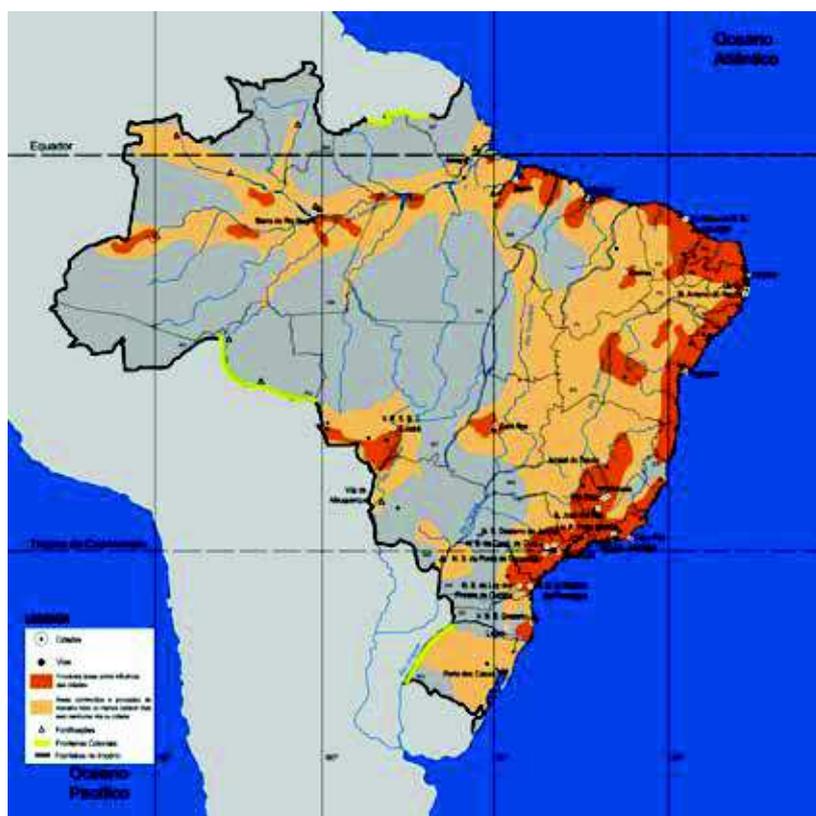


Figura 19 O mapa sintetiza toda a expansão urbana e territorial dos três séculos da Colônia, mostrando as diversas etapas de urbanização e conquista de novas terras.
Fonte: Mapa produzido por Rafael Pecoraro, 2016.

Em 1819, as estatísticas oficiais disponíveis indicam que a população total brasileira seria de 4,39 milhões de pessoas. Parte pequena da população livre era assalariada; a maior parte era de “[...] produtores independentes, donos de seus meios de produção e capazes de produzir por conta própria os meios de vida e acumulação de riqueza”. (CALDEIRA, 2009, p. 15). Por outro lado, em 1800, sabia-se que o ritmo da economia portuguesa dependia do desempenho colonial. Um mercado dinâmico se desenvolvia na colônia. Os tupis e guaranis e os portugueses imigrados uniram-se em combinações variadas de casamentos e tentativas de enriquecer, e seus filhos foram aumentando o conjunto inicial. Ao longo de três séculos, o Brasil continuou a receber imigrantes portugueses – indício de que havia, na América Portuguesa, um mercado interno valioso, uma sociedade aberta, capaz de receber e abrigar pessoas dispostas a enriquecer, e uma mobilidade social capaz de atrair índios e portugueses. Essa miscigenação, durante o século XVIII, foi largamente ampliada pela presença de descendentes de africanos entre os homens livres acelerando-se com a descoberta do ouro.

Do ponto de vista populacional, a mescla brasileira de raças formava a maioria da população livre – uma característica apenas brasileira, ainda que houvesse escravidão africana em todas as Américas – num outro indício de existência de uma sociedade aberta, mesmo em face de um regime claramente escravista. (CALDEIRA, 2009, p. 19).

Para entender a dinâmica concentrada na atividade interna, no mercado interno, é preciso introduzir a figura do empreendedor como peça central. Essa análise é desenvolvida por Caldeira (2009). A definição de empreendedor empregada em seu livro relaciona-se à carta de Pero Vaz de Caminha, que, além de dois degredados que ficaram, cita no trecho final: "[...] com esses dois degredados ficam mais dois grumetes que se saíram desta nau no esquife fugidos para a terra, e não vieram mais. E creio que ficarão porque, prazendo a Deus, fizemos daqui partida". (CALDEIRA, 2009, p. 168). Aos dois degredados foi imposto pela força o desembarque e caberia a eles sobreviver no local à própria custa. Os dois grumetes que se arrojaram em terra por sua conta, assumiram decisões individuais, iniciando uma jornada que os levou para o desconhecido. Caldeira mostra o entendimento, naquela época, do verbo "empreender", a partir do **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Antônio de Moraes Silva: "Determinar-se a fazer alguma ação laboriosa, e difícil; v.g. empreender a conquista, o descobrimento, uma jornada; empreender qualquer justo perigo; expor-se". (SILVA, 1813 apud CALDEIRA, 2009, p. 168). Empreender era a grafia da época.

Voltando aos nossos grumetes, ao lançarem-se para longe do mundo onde haviam crescido, sem possibilidade de voltar, empreendiam em outro sentido: "[...] determinavam-se a realizar uma tarefa [...]", conforme a compreensão que o dicionário explica. Cortavam as amarras com a vida pregressa, buscavam novos caminhos não previstos para a vida; criavam caminhos diversos.

Para lidar com a cultura tupi-guarani, Caldeira recorre ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. O longo contato pessoal com povos que não dominam a escrita exige profissionais treinados e capazes. Nesse sentido, resumindo muito, é importante entender que os tupis não eram exatamente um "povo sem religião", como tão repetido. Sua religião dispensava templos, o sagrado era presença no cotidiano, recebendo os deuses em casa.

Receber os europeus era parte de sua própria jornada para novos conhecimentos. A fusão entre povos diversos, receber o de fora em casa, era parte do modo de crescer na jornada da vida. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 206). Para os indígenas, pertencer a uma tribo equivalia a ter relações de parentesco com todos os seus membros. O hábito tupi-guarani de ceder em casamento uma mulher da tribo para um estranho que fosse aceito no grupo tornava-o parente de todo grupo. Dessa forma, fez-se o contato entre os donos do conhecimento da natureza e os recém-chegados. O Brasil, além da escravidão, constituiu-se em torno do casamento de pessoas de raças e culturas diversas: "A história colonial do Brasil é a história da construção de alianças entre os grupos, já não mais indígenas, mas mesclados, que vieram a se fixar na terra". (CALDEIRA, 2015, p. 192). Nesse processo, criava-se uma sociedade aberta, de população mestiça, em uma aliança que transformava as duas partes: o nativo alterava seu modo de vida, e o europeu abandonava sua origem.

A descendência de ambos e a continuidade desse processo criaram uma base mestiça grande, em densas redes de alianças e negócios, com relações pessoais que exigiam larga confiança na capacidade do outro. Caldeira (2015, p. 269) explicita o

aparecimento de formas diversas pelas quais se fundiam negócios e famílias, concretizando empreendimentos: “Fiado, dote, armação, quarta e empréstimos se complementavam como formas de disseminação da figura do empreendedor por todos os poros da sociedade.”

VOTAR: UM VALOR DA SOCIEDADE MESTIÇA

Em 22 de agosto de 1532, Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, registra em seu diário de bordo a inauguração do primeiro governo legal no território do atual Brasil. Naquele dia, na prática, foram as pessoas simples, analfabetas, rudes, que habitavam aquele lugar ermo, a povoação recém-criada, que escolheram as autoridades pelo voto. Aquelas pessoas eram os eleitores de São Vicente. Em 1553, o governador Tomé de Sousa informa ao monarca D. João III que fizera João Ramalho – um líder civil que comandava alianças – capitão da vila. A partir dessa data, também se iniciava a eleição de vereadores para a Câmara de Santo André. A vila mudaria de nome em abril de 1560, passando a chamar-se São Paulo.

Esse processo sucedeu-se em todas as vilas que se implantaram. Em Olinda, a partir de 1541, aconteceram as primeiras eleições. Nessa vila, relacionou-se com a Câmara também o donatário que tivera poderes concedidos pelo rei. Em Salvador, onde vivia o Governador-Geral, representante do rei, as eleições aconteceram a partir de 1549. Assim, as câmaras municipais estenderam-se em todas as vilas. Houve sempre eleições regulares: os eleitos tomaram posse, deixaram o governo ao final do mandato de um ano e transferiram o poder aos seus sucessores. Os vereadores escreviam as leis, comandavam sua aplicação e chefiavam a aplicação da justiça nomeando juízes. Eram representantes eleitos e tinham prerrogativas como definir preços de produtos, criar impostos e até recusar funcionários nomeados pela Coroa.

Esses povos mestiços, praticamente todos analfabetos, distantes e isolados da metrópole lusitana, desde cedo exprimiam sua vontade ao votar e ao serem governados pelos eleitos. Seguro que não poderíamos dizer que eram democratas no sentido que hoje damos à expressão. Pior, defendiam a escravidão e, certamente, cometiam muitas injustiças e usariam da condição em benefício próprio. Mas seria indispensável colocar esse contexto na realidade dos feudos e senhores europeus da época.

Nas Câmaras, parte das construções iniciais de todas as vilas, instalaram-se os governos locais, com estrutura de poder permanente, que caracteriza um traço cultural essencial da realidade social. Caldeira (2015, p. 38-54) discorre sobre a base de valor na história brasileira do voto e da democracia.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL A NATUREZA E OS INDÍGENAS

Um modo diverso de ver as coisas no século XVI levou-me a citar o registro de Jean de Léry, em 1556, com um índio tupinambá. (MAGNOLI, 2015, p. 17-19). Para o indí-

gena, a natureza era um valor, e a preservação dos bens na Terra era importante para deixar aos viventes de amanhã.

Na época em que o teólogo Léry, que dialogava com João Calvino a elaboração da teoria protestante, o conhecimento que os índios brasileiros tinham da floresta e de muitas de suas espécies surpreendia os europeus. Os primeiros habitantes da terra não conheciam apenas as plantas da localidade que os vira nascer: aprendiam a observar, aprendiam a olhar em torno, a improvisar. Enquanto os europeus conheciam cerca de uma centena de espécies, os indígenas manipulavam por volta de três mil espécies. Era um contínuo aprendizado na troca de observações e experiências um com o outro. Desenvolveram remédios e drogas para muitos diferentes distúrbios, experimentaram cruzamentos com novas maneiras de lidar com sementes e plantios e obtiveram grande variedade de venenos, tônicos e estimulantes. Dedicaram-se a montar receitas, extratos de ervas, drogas para diversos rituais e novas práticas com novas formas de uso. Revelaram muita plasticidade em face das diversas transformações da história que viveram. Recomendo Kury (2013), bem ilustrado e elaborado por um grupo de historiadores que se debruçou sobre esses conhecimentos.

OS PORTUGUESES E A “AVENTURA DAS PLANTAS”

Os portugueses introduziram grande número de plantas tropicais de outros continentes, muitas vezes em competição com espécies nativas. Com essa “aventura das plantas”, colonizaram-se diferentes regiões da América, promovendo-se, nas terras brasileiras, o aumento da biodiversidade. As introduções transcontinentais de espécies vegetais foram de muito sucesso: novas terras, semeadas por novas espécies, transportadas em geral na forma de frutas e sementes, sem as principais pragas e doenças, cresceriam melhor no Brasil do que nas terras da África e da Ásia. Assim, o cacau, o abacaxi e a borracha, originários das Américas, viriam a ter ótimo desenvolvimento ao serem introduzidos na África, Ásia e Oceania, livres de parte das pragas que aqui os assolava. Os portugueses não sabiam que o sucesso se devia à natureza ecológica das mudanças. (MIRANDA, 2003).

Uma nova paisagem se constrói com a vinda de animais e plantas da Europa, Ásia, África e América Central. Imagens e hábitos estão entre as mudanças culturais significativas: a orla marítima, com coqueirais dos países do Oceano Índico, incorpora à visão cultural brasileira uma nova “imagem-praia”. Dos índios se tomarão novos hábitos de dormir e comer: as redes e a mandioca. Mais tarde, lado a lado, com plantas indígenas medicinais e árvores frutíferas nativas, com nossos abacaxis e cajus, estarão também legumes, hortaliças, flores e cereais “exóticos”: cana-de-açúcar, algodão, manga, banana, carambola, melão, melancia, arroz, feijão, trigo, aveia, sorgo, uva, coco, jaca, café, pinha, graviola, abacate. A dieta habitual é de produtos de origem exótica trazidos pelos portugueses. A troca transcontinental de espécies vai prosseguir por dois séculos em processo de tentativa e erro; está na base das maiores transformações espaciais dos ecossistemas originais.

UM EMBRIÃO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A exuberância da natureza tropical impressionou a Corte portuguesa, que estendeu ao Brasil, ainda em 1532, as Ordenações Manuelinas – com a finalidade de proteger a natureza (Miranda, 2003, faz referência a esse aspecto). Em relação ao número de espécies da flora e da fauna conhecidas em Portugal na época, foram necessárias mudanças de porte em vista da biodiversidade encontrada e daquela que os próprios portugueses aumentaram. O elenco de proibição da caça de animais e da proteção de árvores deveria ser ampliado. Também se atribuía valor à qualidade da madeira: até hoje, é parte do nosso vocabulário a expressão “madeira de lei”. Sem dúvida, a capacidade de fiscalização do imenso território era, na época, muito complexa, mas mantidas as devidas proporções, hoje ainda é difícil fiscalizar a aplicação da legislação ambiental. Ao vedar a caça em determinados lugares e impedir que fossem abatidas as árvores, principalmente as frutíferas, dá-se ensejo ao zoneamento ambiental e à noção de reparação por dano ecológico enquanto embrião de legislação ambiental.

Com a implantação, em 1548, do Governo Geral do Brasil, a preservação e conservação dos recursos naturais adquire feição local. Por meio das Ordenações Filipinas, visto que Portugal estava, na época, sob domínio espanhol, é assinado por Felipe II, em 12 de dezembro de 1605, o Regimento do Pau-Brasil: visava racionalizar o extrativismo da madeira e conservar as matas para as futuras explorações; seria a primeira lei de proteção e gestão florestal sustentável. Eram previstas penas proporcionais para quem excedesse a licença de corte do pau-brasil e dispunham-se critérios para a forma dos cortes, de modo a garantir que voltassem a brotar. Vários detalhes dos controles constam em Miranda (2003, p. 73). Contrariamente ao que se divulga, foi a fabricação industrial de anilina, a partir de 1850, que retirou o pau-brasil do mercado; não foi a devastação da mata atlântica. Tal devastação, infelizmente, deverá ser atribuída a nós, brasileiros. Até os manguezais foram objeto de alvará real de proteção, em 10 de julho de 1760 notificado às Câmaras das capitanias.

Transição: uma ponte entre a América Portuguesa e o Brasil-Nação

A Corte nos trópicos, em 1808, chega ao Rio de Janeiro com cerca de 15 mil pessoas. Em 1815, D. João elevou a Colônia à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, parte de uma união real com a metrópole. A abertura dos portos financiou uma remodelação do Rio; criaram-se teatros, jornais, escola de música, biblioteca e instituições como o primeiro banco, o Banco do Brasil.

D. João fica encantado com a paisagem, as florestas, morros e lagos. Para incentivar a agricultura e experimentar diversas modalidades de cultivo criou, em 1808, o Real Horto, origem do Real Horto Botânico do Rio de Janeiro – na prática, a primeira Unidade de Conservação (UC) do país. Entre as primeiras plantas introduzidas, estava *Roystonea oleracea*, palmeira plantada em 1809, que ficou mais conhecida do que as da nossa flora.



Figura 20 Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Foto: Josefina Capitani, 2015.



Figura 21 Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Um parque urbano no século XXI, que sofreu sucessivas reformas ao longo de sua existência, mas mantendo seu caráter de jardim botânico.
Foto: Josefina Capitani, 2014.

Em 1821, a contragosto, D. João volta a Portugal, deixando seu filho e herdeiro como regente da parte americana do Reino Unido. O confronto com a Corte de Lisboa leva à Independência, em 1822, e à criação do Império do Brasil. Apesar do entusiasmo, que se generalizou entre a população, era preciso enfrentar problemas urgentes: fazer a Constituição do Império, implantar uma política econômica para a nação e traçar a estratégia de inserção do país no mundo.

A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO A SOCIEDADE BRASILEIRA EM BUSCA DO APERFEIÇOAMENTO DA CIDADANIA

A pintora Adriana Varejão expõe uma série de retratos – *as cores da mestiçagem* – em que o próprio rosto assume diferentes tons de pele, declaradas por entrevistados em pesquisa do governo. Apareceram 136 cores: branca-melada, branquinha, encerada, rosa, mulatinha, morena-canelada, retinta, queimada, e por aí vai. Isso mostra que os brasileiros são mestiços. Não são simplesmente as cores que se mesclam, mas, sim, as culturas; a mestiçagem é muito mais ampla do que se avalia com as percepções derivadas da cor da pele: é a interculturalidade que caracteriza o brasileiro. É com Gilberto Freyre, em **Casagrande e senzala**, que a abordagem cultural transforma a mestiçagem em valor positivo (MAGNOLI, 1997, p. 98-101, discorre sobre esse aspecto).

A adaptação a diferentes níveis de insolação define a cor da pele. A genética decifra o DNA e afirma que raças não existem. A simplificação das classificações raciais é desmontada no texto interessante de Cavalli-Sforza (2003, p. 93): "Sabemos que a cor da pele é em grande parte determinada pela intensidade do sol." Resumida, sua argumentação esclarece que aqueles que vivem mais próximo do Equador, além da pele mais escura, conforme as latitudes, adaptam traços corpóreos, como o feitio do corpo, o tamanho das narinas, o tipo de cabelo. Por outro lado, o autor também explica que, em geral, a mistura de raças aumenta a resistência a doenças e a sua própria viabilidade. É o fenômeno conhecido como "vigor híbrido", a vantagem do heterozigoto. Este é um indivíduo que recebe do pai e da mãe formas diferentes de um gene. (CAVALLI-SFORZA, 2003, p. 71).

Barack Obama, presidente dos Estados Unidos desde 2008, ao definir-se como mestiço, embaralhou as ideias para os americanos, pois, no censo e nas leis americanas, a mestiçagem não existe. Lá, ou você é branco, ou é negro. Para fazer leis raciais, elimina-se a mestiçagem, definindo claramente a raça de cada um. E a mestiçagem é a não raça, a indefinição. Nossas ações afirmativas copiaram os americanos, onde o mestiço não existe!

Procurar eliminar o mestiço no Brasil é um absurdo; a miscigenação é da história do país há quinhentos anos. Para instituir cotas raciais, é preciso eliminar o mestiço. Não há, no Brasil, um conceito popular de que estamos separados por raças, como nos EUA. A maioria dos brasileiros não interpreta o Brasil pelo prisma da raça; o estado brasileiro nunca fez leis raciais ao longo da história, pelo contrário. Não há racismo no Brasil; há racistas. Quando se manifestam, é uma vergonha, um escândalo: mostram o caráter antirracista da nação. No fundo das mentes, tem-se uma só raça: a humana. O racismo no Brasil está sempre ligado à questão socioeconômica, à desigualdade. A maioria dos pretos e pardos está em regiões mais pobres do país, enquanto a maioria dos brancos está nas regiões mais ricas. Há maior incidência de pobreza entre pretos e pardos. No fim da escravidão, os descendentes de escravos não foram incluídos na sociedade que se modernizava. Foram segregados econômica e socialmente por falta de reforma agrária e de ensino público abrangente. A questão do ensino continua mal resolvida.

A qualificação dos direitos sociais universais é a chave para pensar a enorme lacuna na educação básica e fundamental. É um engano conceder privilégios – ações afirmativas, cotas, Prouni a grupos privados de ensino – a alguns poucos que se definem negros e indígenas, como se não pudessem ter méritos próprios. Em vez de cotas raciais, são necessárias cotas sociais e, principalmente, políticas de rápida melhoria das escolas públicas.

Em busca de outro viés para a questão da educação recorri à abordagem dos economistas Giambiagi e Schwartzman (2014), que num texto extremamente claro, deixam explícito que educação é pressuposto do crescimento, e não mero resultado; que o fortalecimento das políticas públicas, nos campos da educação e saúde, moradia e transporte, é o meio mais indicado para combater as desigualdades extremas que atravessam a sociedade brasileira. (GIAMBIAGI; SCHWARTSMAN, 2014, p. 117-133).

A mobilidade social e os empreendedores – Com o Império e a República, as migrações internas foram contínuas, porém, especialmente no final do século XIX, vieram imigrantes diversos: alemães, italianos, espanhóis, libaneses; depois orientais, japoneses e chineses; agora, na virada do século XX, chegaram bolivianos, peruanos e outros povos latinos, em geral, indígenas que falam espanhol. Somaram-se a esses, em 2014, haitianos que falam francês ou crioulo; os ganeses e congolezes e os sírios são recentes. Reforçou-se a leva de pessoas em busca de oportunidades; muitas delas, ou seus descendentes, casaram-se no Brasil; entre os novos chegados, também muitos aqui se casarão. Concordo com Caldeira (2015, p. 269) ao afirmar que “[...] a vontade de empreender, de correr riscos, não é apanágio de uma minoria”. A procura de mobilidade social, a “jornada” dos dois grumetes em busca de oportunidades, é também própria à grande maioria dos migrantes e imigrantes em todos os lugares e países. A dinâmica social no país revela-se na ascensão de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), de retirante nordestino que, saído dos fundões do sertão, chega ao patamar mais alto – de Presidente da República.

A cidadania formal – Os Estados-nações usam os princípios de *jus soli* (lugar de nascimento) e *jus sanguinis* (ascendência) para determinar o pertencimento à nação. A cidadania brasileira foi claramente especificada no início da nação: “São cidadãos brasileiros os que no Brasil tiverem nascido, quer tenham nascidos livres, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro e os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império”. Assim, a Constituição de 1824 (artigo 6) formulava a cidadania nacional em termos de *jus soli* incondicional e *jus sanguinis* condicional. Essa formulação permanece essencialmente inalterada até hoje. A inclusão caracteriza a cidadania; *jus soli* era includente e irrestrita. A lei brasileira encorajava a mistura racial, não fazendo diferença entre índios e negros. Estes, quando nascidos livres, eram cidadãos; os outros, nascidos no Brasil, quando libertos, seriam automaticamente cidadãos. Vale observar que a cidadania americana estabeleceu o *jus soli* em 1820, em alguns estados: em 1850, na maioria deles; em 1920, para as mulheres, e, no caso dos negros americanos, o *jus soli* incondicional é de 1965. (HOLSTON, 2013). Contextos extremamente diversos entre a situação brasileira e americana questionam as cotas raciais, copiadas dos americanos.

Os anos 1980 do século XX, com a endêmica crise econômica e a inflação galopante, tinham propiciado amplos debates e ensejado demandas pela ampliação da noção de cidadania. Considerada uma “década perdida”, fora, ao contrário, altamente relevante para o avanço democrático do país, com a irrupção de múltiplos movimentos sociais: trabalhadores, camponeses sem terra, mulheres, negros, índios. Concluída a difícil transição democrática, a luta por eleições presidenciais diretas, uma nova Constituição, a de 1988, consagrou os direitos sociais sob a égide do estado e instaurou plenas liberdades democráticas. Ao final, em 15 de novembro de 1989, as primeiras eleições diretas para a Presidência da República contêm, como novo dispositivo constitucional, um segundo turno entre os dois mais votados. Seria acionado, em poucos anos, um dispositivo

constitucional que constava na nova Constituição: o *impeachment*. Ao assumir, o vice-presidente deveria enfrentar o desafio do controle da inflação e a abertura do país ao mercado internacional.

Desde as Câmaras Municipais, vereadores eleitos, atas das câmaras do início do período colonial à virada do século XX, levantaram-se questões sobre a qualidade da democracia, partindo da ideia de que a eleição é requisito fundamental – mas o inicial, e não o suficiente. Cada vez mais se buscam nas instituições as características que viabilizam a democracia: Imprensa livre, Congresso independente, Judiciário isento. Ao indivíduo, cabe participar para estabelecer um governo democrático. Processo lento, exige diálogo e respeito às diferenças. Oposição é importante; ninguém é melhor ou está mais certo porque está no poder. Quem é eleito governa a todos e não apenas aos seus eleitores.

Os aspectos relacionados na América Portuguesa quanto à miscigenação, o empreendedorismo e o embrião da democracia até aqui se avaliaram pela busca de aprofundamento da cidadania. Aspecto novo diz respeito à mudança da estrutura demográfica. Sintetizo três grandes etapas:

- do século XIX até 1940, altas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade resultaram em uma população aproximadamente estável, com grande proporção de jovens;
- de meados da década de 1940 até o final da década de 1960, mantiveram-se altas as taxas de natalidade, enquanto caiu a de mortalidade, levando ao aumento populacional e ao aumento do contingente jovem;
- a terceira tendência, iniciada em meados dos anos 1960, combinou duas reduções: da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade, provocando o aumento percentual dos contingentes de adultos jovens e idosos e a rápida queda do crescimento populacional.

A transição demográfica indicada não é somente – mesmo que muito importante – um problema de recursos financeiros da previdência, mas uma questão de mudança de hábitos com consequências nos programas de cinema, televisão, teatro, turismo, habitações, infraestruturas. E mais: um artigo de Colombo (2016) aponta para “[...] um momento único na história da humanidade em que enormes quantidades de pessoas, se têm condições para isso, optam por viverem sozinhas”. As mudanças a refletir são de bem maior alcance, caráter e amplitude. Têm a ver com novas paisagens urbanas.

A ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território é uma construção social, histórica e política, que expressa os padrões de apropriação de um espaço geográfico por uma sociedade.

Em 1822, o Império do Brasil considerou como prioridade política a construção da unidade do território, que deveria ser delimitado por tratados de fronteira. Alguns levantamentos sobre fronteiras tiveram início ainda antes da Independência, pelo Marquês de

Pombal. Seguiram-se muitos outros, de maior amplitude e profundidade. Foi conduzido um consistente trabalho de política externa, de modo a transformar as delimitações dos Tratados de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso. Buscava-se consolidar as fronteiras do país e garantir que não houvesse chance de litígio territorial com países vizinhos (esse histórico é descrito em Magnoli, 1997). Por meio da Constituição de 1824, o Estado se organizou como monarquia unitária, centralizando o poder no imperador; evitava-se a formação de centros regionais concorrentes no poder. O território foi dividido em Províncias e o imperador nomeava o presidente de cada uma.

Em 1889 organizava-se a República, baseada em um modelo federativo. As Províncias foram convertidas em estados, com assembleias, com poderes legislativos e Constituições. Os governadores passaram a ser eleitos, e tal modelo e autonomia se mantêm. Com a Proclamação da República, definiu-se um projeto nacional de integração do vasto território e de transferência da capital para o interior. A implantação de Brasília é uma decisão política emblemática da integração. Articular e integrar o país, levando a capital para o centro, conduz a novas formas de ocupação do interior. O povoamento mais intenso das terras interiores demanda a implantação de serviços públicos e a presença de órgãos da administração estadual para garantia de direitos sociais. Demanda, também, diferentes infraestruturas de transporte – para mercadorias e pessoas – e infraestruturas de comunicação para informações e intercâmbios de ideias e culturas.

Do complexo de temas inseridos na valorização do território, como energia, agricultura, indústria, ao destacar a integração com o projeto nacional da República, selecionei o espaço da agroindústria na medida em que veio a ocupar grandes áreas do interior com exigências expressivas em infraestruturas. Simultaneamente, ao trazer nova configuração regional, vem induzindo novos processos de urbanização e novas paisagens urbanas.



Figura 22 Estrada Pirenópolis/Eunápolis, antigos campos de cerrado transformados em culturas e cidades.
Foto: Silvío Soares Macedo, 2016.

A ocupação do interior no Centro-Oeste, no cerrado, com um modelo de agricultura tropical, transformou as terras do cerrado em campos férteis. Os avanços tecnológicos

em ciências da terra, desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições, trouxeram uma expansão sem precedentes da agricultura e da pecuária intensiva – porém na medida em que essa produção está no interior do país, também está distante dos centros consumidores externos e internos. Essa característica, em país de dimensões continentais, enfatiza a importância da questão do transporte. Abordam-se, de forma muito resumida, os principais aspectos dessa questão; recomendo o texto de Lovatelli e Amaral, “Mobilidade rural e urbana e a logística”, em **Interesse Nacional**, n. 24, p. 51- 61.



Figura 23 Interior de Goiás, área vizinha a Eunápolis.
Foto: Sílvio Soares Macedo, 2016.

A rápida expansão dos cultivos encontrou-se com duas décadas de investimentos em infraestrutura muito aquém do necessário, e do progressivo desaparecimento da capacidade estatal de planejamento e gestão, enquanto manifestavam-se os benefícios do ciclo de alta da demanda por *commodities*. A demanda deveria ter sido precedida pela implantação de modais adequados ao volume e ao tipo de mercadoria a serem transportados. Grãos e minérios, por exemplo, requerem modais com economias crescentes de escala – como as ferrovias e hidrovias –, que se traduzem em custos decrescentes de transporte por unidade de produto. É preciso organização, planejamento e execução.

Lovatelli e Amaral (2014) mostram a formação dos preços das *commodities* agrícolas, explicam a importância da logística, esclarecem como a atual infraestrutura prejudica a economia. Analisam, também, a eficiência dos modais de transporte medida pelo consumo de combustíveis e, ao identificarem as implicações dos transportes em hidrovias, ferrovias e rodovias, deixam claro que seria muito mais inteligente investir em modais mais eficientes do ponto de vista do consumo desse combustível. É preciso remontar às formas de ocupação e ao plantio inicial da soja para entender as mudanças.

À medida que essa oleaginosa se adaptou às condições das latitudes mais baixas do país, criaram-se as condições básicas para que o produtor brasileiro vendesse suas propriedades do sul e sudeste e fosse para regiões com disponibilidade de terras mais baratas. Ao contrário do que se costuma pensar, não há aí uma monocultura, mas um rodízio de culturas que inclui a soja, principal produto agrícola da pauta de exportações brasileira e, com igual importância, o algodão, o milho e outros grãos. É uma produção agrícola considerada das mais eficientes. Outra vantagem dessa produção com plantio direto na palha é a capacidade de gerar duas, às vezes até três safras na mesma área, à diferença dos países de clima temperado, com uma só safra. No período de chuva, plantam-se as culturas de maior rentabilidade, e, no período seco do ano, é a “safrinha” com o plantio de outras culturas, como o milho, o milheto, o sorgo em lavouras irrigadas por pivô central, sendo altas as produtividades obtidas. Nessas regiões também se tem a integração da lavoura com a pecuária, silvicultura, fruticultura de ponta, genética animal.

Essas considerações mostram que um país continental se redescobriu, nos últimos anos, como potência de agricultura tropical, que passou de importador a exportador de alimentos, fibras, carnes e bioenergia. As condições logísticas, de infraestruturas que poderiam ser suficientes no passado já não se prestam para as novas realidades. O impacto dos volumes a transitar avança até sobre os portos regionais, especialmente Santos (SP), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Vitória (ES) e São Francisco do Sul (SC).



Figura 24 Porto de Santos (acima e ao meio da imagem).
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

A situação da logística é analisada por Lovatelli e Amaral (2014), que identificam os investimentos necessários para transportar os produtos pelo Canal do Panamá, que estará com sua capacidade de transporte duplicada no início de 2016, podendo receber navios de maior capacidade de carga. Os autores se estendem em considerações sobre as obras prioritárias, as mudanças necessárias na gestão pública, a necessidade de maior coordenação entre as autoridades envolvidas nos projetos. Comentam, também, que são altos os recursos para arcar com os custos elevados da legislação ambiental brasileira. Tal aspecto será abordado por Lovatelli (2016), que foca o tema conciliação entre a produção de alimentos e legislação ambiental rigorosa, referindo-se ao Código Florestal de 2012, que prevê Áreas de Preservação Permanente (APPs) de acordo com o tamanho da propriedade e Reserva Legal, que variam conforme o bioma. No cerrado, a proteção oscila entre 20% e 35%; na Amazônia, o percentual é de 80% da propriedade rural. A integração das informações deverá acontecer com a implementação, até maio de 2016, do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na medida em que a União Europeia é importante importadora de produtos de valor agregado do complexo soja e, simultaneamente, compradora exigente em relação à questão ambiental, à qualificação ambiental em relação ao agronegócio.



Figura 25 O porto de Suape, como outros tantos investimentos em infraestrutura portuária e ferroviária, demorou muito tempo para ser construído e, mesmo em 2016, ainda não estava concluído. Após anos de atraso, inúmeros investimentos não tinham saído do papel, aumentando muito as deficiências crônicas em infraestrutura do país. Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

Expus a articulação do território nas novas configurações regionais do cerrado no Centro-Oeste brasileiro. A urbanização decorrente da moderna produção foi estudada pelo colega Vicente Barcellos, pioneiro no tema, que analisou parte desse histórico para compreender os aspectos relativos às novas paisagens urbanas, à sociabilidade nos espaços livres públicos, no sistema de ruas, avenidas, praças e parques (consulta

disponível em **Paisagem e Ambiente**: ensaios, n. 29, 2011, p. 227-246; n. 34, p. 61-79, 2014 e em **Sistemas de Espaços Livres**, 2011, p. 153-180).

A situação anterior da infraestrutura nos espaços da nova agricultura tropical poderia ser específica e singular da mudança nessa realidade de grande porte. Para ter uma avaliação atualizada sobre as deficiências da infraestrutura brasileira, sugiro a leitura de Giambiagi e Schwartzman (2014, p. 101- 116).

DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na Constituição de 1988, o país elevou o meio ambiente à condição de bem público a ser protegido. A Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 foi incorporada à nova Constituição. A importância desse aspecto revela-se na medida em que, na Carta Magna, vem junto com a ideia de cada vez mais evoluir para a construção de um moderno Estado democrático, assegurando direitos civis e políticos e buscando a universalização dos direitos sociais.

Nas transformações sobre as questões do ambiente para o desenvolvimento sustentável, selecionei dois casos, aqui resumidos. São duas situações muito diversas, mas em ambas se lida com o mesmo conceito: a valorização das populações e o elo com o patrimônio natural. É significativo o “humano” da biodiversidade e a utilização “consciente” da biodiversidade.

O primeiro caso refere-se a um estudo de Becker (2006) sobre a Amazônia, no qual coloca como premissa a impossibilidade de dissociar a proteção da biodiversidade – e da natureza – de sua dimensão humana. Essa afirmativa baseia-se em várias razões: os contextos históricos que explicam as políticas; o contexto das relações sociais, que contém a diversidade da vida como fenômeno humano; os diferentes projetos para a biodiversidade, conforme os significados para as diferentes sociedades; a ideia de que a *proteção da biodiversidade é tanto maior quanto maior for sua contribuição para o sustento da população que com ela convive*. A autora menciona as transformações globais das últimas décadas do século XX, período em que se fortaleceram as políticas de preservação da natureza, indicando: 1) a revolução científica e tecnológica, com a informação e o conhecimento como matérias-primas da nova forma de produção criada por essa revolução; 2) a interconexão crescente, em nível global, das arenas políticas nacionais e internacionais; 3) a velocidade acelerada das mudanças, diferenciada social e territorialmente, conforme o acesso à tecnologia, aos recursos financeiros e às iniciativas políticas; 4) a crise ambiental, que impôs novos padrões relacionais com a natureza e seus recursos.

Notou-se que a natureza se tornara um bem escasso quando, pelo satélite, se viu a Terra no cosmos. Perceber a unidade do globo nos fazia conscientes de que era um bem comum; usá-la, passava a ser responsabilidade comum. Saltava aos olhos o desafio ecológico: envolvia a sobrevivência da humanidade e a valorização do capital natural. A questão ecológica entraria na agenda geopolítica global. (MAGNOLI, 2015).

A percepção da crise ambiental passou a exigir reflexões mais sérias e consistentes das relações entre a natureza e seus recursos. Becker (2016, p. 356) afirma: "A natureza é reavaliada e valorizada como informação sobre a vida e sobre os recursos potenciais, mas a valorização dos elementos naturais se realiza num outro patamar, condicionada por novas tecnologias."

Apesar dos níveis globais de transformações, fluxos de informação, conhecimento e financiamento, os estoques de natureza estão localizados em territórios de estados que controlam as decisões sobre o uso dos territórios. Assim, os espaços geográficos territoriais que contêm esses estoques significam capital natural, atual e futuro, tornando-se objeto de novas disputas. A questão ambiental se politiza. Nesse processo de rápidas mudanças globais, o ambientalismo também alterou seu foco inicial: de muito preservacionista passou para o desenvolvimento sustentável, passando a reconhecer as condições sociais.

Essa tese é exposta por Becker (2016), de forma interessante e rica de ideias e pesquisas, para o caso da Amazônia brasileira. A autora indica a implantação do ambientalismo na Amazônia, as condições atuais, as demandas e desafios para o desenvolvimento regional, e termina com uma proposta para o uso consciente da biodiversidade amazônica, analisando a competência regional para viabilizá-la. A tese de Becker (2006) está contida no título do artigo: "Da preservação à utilização consciente da biodiversidade amazônica: o papel da ciência, tecnologia e inovação".

O segundo caso é indicado no artigo de Helder L. Queiroz e Nelissa Peralta (2006) – cujo título, "Reserva de desenvolvimento sustentável: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa", incorpora aspectos importantes da tese. Os autores expõem a criação, em 1996, no estado do Amazonas, de uma nova categoria de UC, voltada à conservação da biodiversidade: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que em 2000 foi incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O processo inicial remonta ao início dos anos 1990, com a cogestão da Estação Ecológica Mamirauá (EEM) e a organização não governamental Sociedade Civil Mamirauá (SCM). Lembro que Estação Ecológica é uma categoria de UC de proteção integral que proíbe a permanência de populações residentes. As restrições dessa categoria mostravam-se inviáveis em face da realidade de ocupação tradicional da área. Os pesquisadores perceberam que sem a participação da população local, tanto no manejo dos recursos, como na gestão da área, a UC não seria viável em longo prazo.

O objetivo básico dessa nova categoria, RDS, consiste em promover a conservação da biodiversidade, assegurando as condições e meios necessários para a reprodução social, a melhoria dos modos e qualidade de vida das populações tradicionais, por meio da exploração racional e sustentada dos recursos naturais. Propõe valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por essas populações.

Resumo os tópicos principais do artigo de Queiroz e Peralta, que apresenta os processos pelos quais o modelo se consolidou e identifica suas principais características. Os autores iniciam com um breve histórico, indicam a ocupação humana e as demais características principais da Reserva Mamirauá. Prosseguem com o modelo RDS de

conservação da biodiversidade e os modelos de gestão participativa; os componentes do modelo quanto à pesquisa científica, ao sistema de zoneamento, às normas de uso dos recursos, às alternâncias econômicas. É extremamente interessante analisar, no artigo, os diferentes campos de trabalho e pesquisa multidisciplinar para elaborar os elos entre recursos naturais específicos, a combinação do conhecimento tradicional com o conhecimento científico, a participação ativa e deliberativa das populações locais, os critérios para os assentamentos das comunidades, a formação e manutenção de forte base científica e as inovações em programas que relacionam conservação e geração de renda. Em um desses programas, inclui-se o ecoturismo. Nessa atividade, a hospedagem é feita na Pousada Flutuante Uacari, no interior da Reserva. Os serviços, de alta qualidade, são feitos por moradores da Reserva, treinados e aperfeiçoados no programa.

A Reserva Mamirauá está situada na confluência dos rios Solimões e Japurá, entre as bacias do rio Solimões e do rio Negro. Sua porção mais a leste fica nas proximidades da cidade de Tefé, no estado do Amazonas. Próximo do Parque Nacional do Jaú, A Reserva Mamirauá é considerada uma área alagada de importância internacional, inscrita como um dos sítios brasileiros da Convenção Ramsar das Nações Unidas, que protege áreas alagáveis em todo o mundo. O alagamento sazonal do rio Solimões causa elevação do nível da água, anualmente, de 10 a 12 metros da estação cheia para a seca. É a dinâmica da água causada pelas chuvas das cabeceiras dos rios associada ao degelo anual do verão andino. Em Ab'Saber (2006, p. 72-109), são muitas as ilustrações da Reserva Mamirauá.

CONSIDERAÇÕES

Este artigo, à procura do processo histórico de construção do país, lidou com três temas – a sociedade brasileira, o território e o patrimônio ambiental – e suas transformações. Estas vêm procurando evoluir para a cidadania, a integração do território e o desenvolvimento sustentável. Os três temas, suas mudanças e inter-relações foram abordados em duas partes, que nomeei: “Singularidades da América Portuguesa” e “A difícil construção”. Essa construção é a de um país cuja colonização deixou legados a cultivar e outros a corrigir com escolhas decididas por brasileiros.

São legados: a interculturalidade, o empreendedorismo e o embrião da democracia. A América portuguesa expandiu o espaço apropriado pelos colonos; o Estado Imperial tomou a si o processo e as ações exigentes para a construção da unidade territorial brasileira.

A inserção do país no mundo surgiu com a Independência: a nova nação devia traçar a política de internacionalização e suas estratégias. Necessários intercâmbios em várias áreas, especialmente na era da mobilidade digital, que busca maior integração diversificada de vários sistemas. Para muitos pensadores, parece importante sair do isolamento por via de uma economia mais aberta e integrada nos mercados internacionais.

Pioneira na internacionalização é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com 136 acordos vigentes com 21 países. A presença internacional

da Fundação se alargou e não se limitou às áreas tradicionais. Buscou, também, novas áreas de cooperação, facilitando aos pesquisadores a oportunidade de interagir com colegas de outros países: é massa crítica estimulada em uma rede de pesquisadores operando no mundo. Em particular, com foco na área ambiental, foram lançados dois programas: um dedicado às mudanças climáticas, para avaliar o impacto das transformações globais na América do Sul, e o Programa Bioen, para pesquisa na área de energias renováveis. Neste privilegia-se o desenvolvimento do etanol – o mais barato dos recursos de energia renovável do mundo, com especial significado na matriz energética, levando em conta os vários aspectos do setor sucroalcooleiro, inclusive o emprego.

Ênfazito, ainda, alguns aspectos da sociedade brasileira em busca do aperfeiçoamento da cidadania. A rica interculturalidade, decorrente da miscigenação desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, com a acolhida dos mais diferentes povos. Os portugueses, um povo mestiço de latinos, africanos e árabes, desde a chegada no litoral brasileiro, misturaram-se com os nativos e, após, com os africanos. Estes, de diversos lugares da África, falando diferentes línguas, deslocados e separados de sua terra e sua gente, resistiram à escravidão produzindo cultura, elaborando rituais, criando ritmos. A musicalidade brasileira floresceu da semente mestiça e é cada vez mais rica.

Os arranjos dos empreendedores, isto é, as relações econômicas do período colonial, eram o dote, a armação, a quarta, o fiado. (CALDEIRA, 2009). É curioso que alguns aspectos ainda sobrevivam. Presente na colônia desde pelo menos o século XVIII, o fiado ganhou importância imensa na formação brasileira e foi sobrevivendo até os cheques pré-datados do século XX, os cartões eletrônicos do século XXI: é o costumeiro crédito imediato com entrada só em noventa dias, como se anuncia em muitas lojas. É uma forma de financiamento da produção e do consumo. Outro aspecto da economia colonial era o valor da palavra empenhada. (CALDEIRA, 2009). O compromisso entre as pessoas tinha como única garantia o hábito de arrancar um fio de bigode como símbolo do contrato selado. Tal prática ainda era comum entre os pequenos empresários da industrialização, em São Paulo, nas décadas iniciais do século XX. Corresponde ao valor da credibilidade, atualmente tão procurado.

Vimos que o caráter empreendedor esteve no brasileiro desde seus primeiros tempos. Pesquisa de 2015 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) mostra que 46% da população construiu sua própria moradia apenas com a ajuda de parentes e amigos e equipa suas casas com os aparelhos básicos para seu conforto e lazer. Não falta aquilo que depende apenas de seu trabalho, de seu empenho, economias e sacrifícios. Isso é um retrato do espírito empreendedor do povo. São muito mais moradias que aquelas dos tão divulgados programas oficiais. O poder público, só neste século, em vista de favelas já consolidadas, deu início a alguns programas para urbanizá-las com arruamento, iluminação pública e serviços básicos de educação e saúde.

Em países europeus, existem políticas públicas que facilitam as pequenas empresas. Na Itália e Alemanha, elas respondem por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e são estimuladas a participar de consórcios que chegam a reunir mais de duzentas empresas cada. Com isso, criam a massa crítica e a economia de escala necessária para

enfrentar as grandes empresas em pé de igualdade. Na Colômbia e Bolívia, o microcrédito é facilitado. Em Londres, na Olimpíada de 2012, o governo local determinou que a maior parte das contratações de serviços e obras fosse com pequenas empresas. Por outro lado, sem dúvida, há diferença entre prestadores de serviço e empreendedores: estes caracterizam-se pelo desejo de inovar e crescer continuamente. Nesse sentido, é importante criar e estreitar conexões entre empresas e universidades, como ocorre nos Estados Unidos.

A prática efetiva de eleição de autoridades, que começou em 1532 em São Vicente, primeira vila fundada na colônia, era parte da municipalização com legislação própria, criada pelos romanos na Península Ibérica. Ao longo desses quinhentos anos, os municípios mantiveram-se com diferentes graus de autonomia. Desde a República, a federação foi definida como forma de Estado, e os municípios passaram a fazer parte da federação. Continuaram a legislar sobre os assuntos de seu peculiar interesse, mas a concentração de recursos continuou com a União, repassando competências para estados e municípios. Ora, o espaço físico ocupado primariamente pelo cidadão não é a União, nem o estado, mas o município. Não adianta distribuir competências sem recursos para cumpri-las. Além, entre os 5.565 municípios do país, há grande diversidade de hábitos, costumes e necessidades.

Com essas diversidades locais, haverá alguns mais carentes, que necessitarão de políticas nacionais de modo a reduzir as desigualdades regionais. São questões complexas e polêmicas em curso, que visam à ampliação da cidadania e contam para a qualidade da democracia com a premissa da legitimidade daquele que discorda de mim, da capacidade de ouvir e discutir as ideias que mais detesto; os inimigos são aqueles que querem impor suas crenças e normas como obrigação para todos.



Figura 26 Plano Piloto de Brasília: um exemplo atípico no Brasil de cidade planejada onde o controle vai do parcelamento à volumetria construída.
Foto: Silvio Soares Macedo, 2015.

A criação da cidade-capital no centro do país foi chave para a articulação e integração do território. Conectou o Sudeste com regiões pouco povoadas do interior e, desse

modo, investimentos produtivos foram atraídos para o Brasil central. Todo o território assumiu uma nova configuração.

No nível local, o planejamento urbano, ao criar o Plano Piloto na área central e as cidades-satélites na periferia, cresceu como cidade polinucleada: uma única aglomeração urbana dispersa territorialmente em diversos núcleos separados. A estrutura espacial, como nas demais grandes cidades, manteve o contraste entre as áreas centrais reservadas às classes média e alta, de um lado, e as periferias populares de outro. Os preços dos terrenos no Plano Piloto e as rígidas disposições urbanísticas afastaram os trabalhadores com menor qualificação da área central. A concentração de recursos financeiros no Plano Piloto dinamiza a economia do Distrito Federal e atrai migrantes para as cidades-satélites.



Figura 27 Vista de Águas Claras, um dos tantos espaços planejados do Distrito Federal, com configuração muito similar à das demais cidades do país.
Foto: Silvío Soares Macedo, 2015.

E me pergunto, com intensa preocupação, face ao impressionante desastre ambiental em Mariana em novembro de 2015: pouco se tem procurado, ou não se encontrou o equilíbrio entre exploração de recursos naturais, desenvolvimento econômico e sustentabilidade? As dimensões do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro são múltiplas e complexas. Uma dessas dimensões de grande impacto é a deterioração ambiental do rio Doce; a dimensão humana desse impacto é muito mais ampla do que aquele que se apresenta no momento, já bem difícil. A avaliação do impacto terá que

lidar com visão sistêmica de toda bacia hidrográfica do rio Doce, incluindo todas as conectividades e interações entre os componentes físicos, químicos, biológicos, sociais e econômicos. Com esse desastre, agora pareceu-me um paradoxo comentar o legado português, lembrar a Política Nacional de Meio Ambiente anterior à Constituição de 1988, e a ela incorporada, e ainda apresentar estudos que trabalham com o manejo da biodiversidade com a população tradicional, a ciência e inovação tecnológica, ações que criam e fazem funcionar a Reserva Mamirauá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB SABER, Aziz. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metavídeo, 2001.
- _____. **Ecosistemas do Brasil**. São Paulo: Metavídeo, 2006.
- BARCELLOS, Vicente. As supernovas: duas futuras cidades brasileiras. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 29, 2011, p. 227-246.
- _____. Sete novas cidades de Mato Grosso. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo, n. 29, 2014, p. 61-79.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Da preservação à utilização consciente da biodiversidade Amazônica: o papel da ciência, tecnologia e inovação. In: BECKER, Bertha Koiffmann; GARAY, Irene E (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- _____. GARAY, Irene E (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 355-379.
- CAMPOS, A. C. A (Org.). **Sistemas de espaços livres**: conceitos, conflitos e paisagens. São Paulo: FAUUSP, 2011, p.153-180.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.
- _____. **Nem céu nem inferno**: ensaios para uma visão renovada da História do Brasil. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- CASTRO, Fábio de. A FAPESP fez 120 acordos para se internacionalizar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2015, A19.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. **Genes, povos e línguas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COLOMBO, Sylvia. A invenção da solidão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2016, Ilustrada C1.
- FELDMANN, Paulo. O empreendedorismo é a saída. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 2015, A3.
- GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. **Complacência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KURY, Lorelai et al. **Usos e circulação de plantas no Brasil**: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.
- LOVATELLI, Carlos. Sustentabilidade e mercado europeu. **O Estado de São Paulo**, 23 jan. 2016, B2.
- _____; AMARAL, Daniel Furlan. Mobilidade rural e urbana: por que o Brasil precisa da logística. **Interesse Nacional**. São Paulo, ano 6, nº 24, 2014, p. 51- 61.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp; Moderna, 1997.
- _____. **Geografia para o ensino médio**. 2 ed., São Paulo: Atual, 2012.
- _____. **A hora e a história**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Paisagens urbanas imaginário na fase atual da globalização. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, nº 35, 2015. São Paulo: FAUUSP, p. 13-59.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Natureza, conservação e cultura**: ensaio sobre a relação do homem com a natureza no Brasil. São Paulo: Metavídeo, 2003.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pini, 2000a. 300 p. (2ª edição, revisada e ampliada).

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000b. 414 p.

TIRAPELI, Percival. **Patrimônios da humanidade no Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.

QUEIROZ, Helder L.; PERALTA, Nelissa. Reserva de desenvolvimento sustentável: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa. In: GARAY, Irene E. G.; BECKER, Bertha Koiffmann (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 447-476.

RODRIGUEZ, Ricardo. Patrimonialismo de longa data. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2016, A2.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.